

## DESCREVENDO IMAGENS: UM ESTUDO SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO

Jefferson Perleberg Rubira<sup>1</sup>  
Michele Negrini<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo busca refletir sobre a audiodescrição (AD) como recurso de acessibilidade comunicacional, em especial, a utilização da ferramenta inserida no contexto do telejornalismo brasileiro. Mesmo sendo uma importante fonte de informação, nenhum telejornal no Brasil possui AD em sua programação diária. Para esta pesquisa foi utilizada uma reportagem especial do Jornal do Almoço, da RBS-TV, afiliada da Rede Globo, que ofertou o recurso. O material foi apresentado a um grupo focal, durante um estudo de recepção com estudantes cegos ou com baixa visão, da Escola Especial Louis Braille de Pelotas, RS. Nos resultados os estudantes apontaram dificuldades no entendimento da reportagem quando não há AD e destacaram a importância do recurso para uma melhor compreensão do telejornal, sendo ele essencial. **PALAVRAS-CHAVE:** audiodescrição; acessibilidade; inclusão; telejornalismo; estudo de recepção.

### DESCRIBING IMAGES: A STUDY ON AUDIO DESCRIPTION AS A TOOL FOR ACCESSIBILITY IN TELEJORNALISM

### ABSTRACT

This study seeks to reflect on audio description (AD) as a communication accessibility resource, in particular, the use of the tool inserted in the context of Brazilian television news. Even though it is an important source of information, no news program in Brazil has AD in its daily schedule. For this research, a special report was used by “Jornal do Almoço”, RBS-TV, an affiliate of Rede Globo, which offered the resource. The material was presented to a focus group, during a reception study with blind or low vision students, at the Louis Braille de Pelotas RS Special School. The results showed the students the difficulties and the elements not captured when there is no DA and the importance of the resource for a better understanding of the news, which is essential.

**KEYWORDS:** audio description; accessibility; inclusion; telejournalism; reception study.

---

<sup>1</sup> Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [jeffopr@gmail.com](mailto:jeffopr@gmail.com).

<sup>2</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Tem Pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante do núcleo de pesquisadores do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele). E-mail: [mmnegrini@yahoo.com.br](mailto:mmnegrini@yahoo.com.br).

## **PERSPECTIVAS INTRODUTÓRIAS**

A televisão no Brasil é um importante meio de comunicação. Mesmo com as mudanças dos mecanismos de consumo de informações e notícias, sobretudo com a internet, as redes de TV ainda têm um papel fundamental de levar informações aos lares de centenas de milhares de pessoas diariamente, nas mais diversas camadas e classes sociais da sociedade (SCORALICK, 2016). Além de ser para o público uma fonte de obtenção de notícias, a TV é, também, uma possibilidade de entretenimento e lazer, fazendo, assim, parte da vida das pessoas.

A televisão brasileira diariamente pauta notícias e assuntos à população, por conta de sua audiência. É direito de todo cidadão ter acesso à informação, ação garantida por leis, cartas e convenções. No entanto, só no Brasil, são em torno de 45 milhões de pessoas com deficiência que precisam de adaptações nos meios de comunicação, segundo dados da última pesquisa do IBGE, em 2010. Inseridas nesta realidade estão pessoas com deficiência visual, cegas ou com baixa visão, que têm muitas barreiras comunicacionais, como ausência de adaptações em grande parte da programação televisiva, fazendo com que seu direito à informação esteja longe de ser concretizado por completo.

Para minimizar os impactos destas barreiras existem recursos acessíveis que possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência. Voltada aos cegos e às pessoas com baixa visão, a audiodescrição (AD) é um recurso de acessibilidade comunicacional que narra descritivamente elementos visuais, dando mais autonomia para quem não enxerga. Diferente de uma simples narração, a AD é feita selecionando informações imagéticas relevantes que não foram explicadas pelo áudio.

É com o intuito de ampliar a discussão sobre audiodescrição como recurso de acessibilidade comunicacional – em especial a utilização da AD inserida no contexto do telejornalismo brasileiro – que esta pesquisa se propõe a refletir sobre a temática. Com objetivo de identificar como se dão as percepções de estudantes da turma de Educação de Jovens e Adultos da Escola Louis Braille de Pelotas, composta por pessoas cegas e com baixa visão, na recepção de reportagens de telejornal com e sem audiodescrição. Também foi buscado compreender quais são os elementos entendidos e os não captados por pessoas cegas e com baixa visão durante a observação de uma reportagem de

telejornal sem audiodescrição, evidenciar como se dá a recepção de uma reportagem de telejornal com audiodescrição por pessoas cegas ou com baixa visão, tomando como parâmetro as três categorias de mediação apresentados por Martín-Barbero: cotidianidade familiar, temporalidade social e competência cultural. E verificar se as pessoas cegas ou com baixa visão consideram a audiodescrição um recurso necessário dentro do telejornalismo.

Para isso, foi realizado um estudo de recepção, por meio de um grupo focal, com estudantes cegos e com baixa visão da Escola Louis Braille de Pelotas. No encontro, reportagens com e sem o recurso da audiodescrição foram apresentadas aos integrantes para verificar o que os alunos achavam da utilização da ferramenta e quais foram as informações compreendidas por eles em cada um dos materiais exibidos.

## **PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS**

Para as reflexões deste estudo foram levados em conta os dados do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010. Foi apontado que 23,9% da população, ou seja, 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Neste cenário, estão incluídas deficiências mentais/intelectuais, motoras, auditivas e visuais. Para garantia da inclusão e da acessibilidade na vivência diária de pessoas com deficiência são necessárias, além de adaptações no espaço físico, mudanças no processo comunicacional. Em concordância à necessidade de modificações nas realidades que cercam as pessoas com deficiência e todos os indivíduos, Galvão Filho (2009) aponta:

[...] a pesquisa e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva ou de Apoio, deve levar em consideração essa realidade, e estudar soluções, dispositivos, metodologias, etc, que compensem ou reduzam as limitações não só do indivíduo, mas também do seu ambiente físico e social (GALVÃO FILHO, 2009, p. 9).

No âmbito contemporâneo, diferentes produtos no campo da tecnologia assistiva (TA) vêm sendo desenvolvidos proporcionando acessibilidade, fato que beneficia cada vez mais pessoas com deficiência. Exemplos de inclusão são vistos diariamente, como calçadas táteis, rampas de acesso, janela de libras em meios audiovisuais, transcrição de texto audível para legenda, entre outros métodos. Segundo Manzini e Santos (2002),

elementos de acessibilidade, muitas vezes, passam despercebidos, como por exemplo, uma bengala utilizada por um idoso, que garante segurança e conforto em um momento de caminhar. Outrossim, os recursos podem causar impacto devido à tecnologia que apresentam, como um aparelho de amplificação para pessoas com surdez moderada ou um automóvel adaptado para pessoas com deficiência física. Alguns recursos assistivos estão inseridos no cotidiano a serviço da comunidade, na maioria das vezes, a presença ou ausência deles é sentida somente por quem realmente os utiliza.

Quando se busca a inclusão e acessibilidade, está se levando em conta diversos processos: o de produção de conteúdo e o pensar fazer inclusivo, e não somente o resultado de um produto, fator evidenciado por Carvalho (2017):

[...] acessibilidades representam ações, pautadas em observações, executadas para que um ambiente se torne acessível. Um ambiente acessível é aquele que oferece condições para que todos o utilizem com segurança e autonomia (CARVALHO, 2017, p. 22).

Entretanto, simples modificações que proporcionam a acessibilidade de espaços ainda não garantem a inclusão. Um exemplo de acessibilidade é o local reservado para cadeirantes no cinema, ele garante a chegada sem obstáculos desta pessoa com sua cadeira até a sala, mas o cadeirante fica limitado a sentar somente ali, se vai acompanhado, fica distante de sua companhia e o espaço reservado normalmente é na área mais próxima à tela, uma visão não muito privilegiada que pode ser prejudicial ou ainda exaustiva, por conta do ângulo de visão. Este exemplo apesar de acessível, não é inclusivo.

Segundo Aranha (2001), a inclusão parte do mesmo pressuposto de integração, que é o direito da pessoa com deficiência ter igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade. Ou seja, para haver inclusão deve-se levar em conta um processo de ajustes e providências necessárias que possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum entre pessoas com deficiência e pessoas que não apresentam deficiência.

Sasaki (2009) aponta que a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que deve ser vista em todos os contextos e aspectos da atividade humana e se projetada sob os princípios do *desenho universal*, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência. Desenho Universal consiste em:

Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. [...] O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas (CARLETTO; CAMBRIAGHI, 2016, p. 10).

Em sua execução, o Desenho Universal se utiliza de recursos assistivos, diante disso, se faz necessário pontuar a Tecnologia Assistiva. O termo ainda é relativamente novo, e consiste em uma gama de “Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão” (SARTORETTO; BERSCH, 2017, s.p.).

Por fim, uma forma de garantia de execução destes processos de adaptação, modificação e incorporação da acessibilidade nos meios públicos e privados são as leis e normas técnicas nacionais, estaduais e locais, que vêm para exigir a aplicabilidade destas noções teóricas inclusivas, vistas aqui.

Muitos termos e conceitos relacionados ao processo de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência são recentes, entretanto as discussões políticas e sociais que perpassam o assunto já possuem algumas décadas desde a primeira normativa ser criada. Em 1985, foi estabelecida a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade: “Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência” (ABNT, 2005).

Já a acessibilidade comunicacional começou a se consolidar no ano de 2000, com a criação da lei federal nº 10.098. O objetivo da chamada Lei da Acessibilidade foi eliminar barreiras comunicacionais, tornando acessíveis os sistemas de comunicação. Todavia, pelo não comprimento por parte das emissoras de televisão do país, a lei passou por diversas modificações através dos anos.

A comunicação de massa, como rádio, televisão, é um direito de todo cidadão, seja como fonte de obtenção de informação através de notícias, telejornais, reportagens, ou ainda, como lazer e difusão de produtos culturais, por meio de programas, esportes, entre outros. Este direito ainda é evidenciado pelos autores Mazzotta e D’Antino (2011, p. 385), que destacam essas mudanças na realidade brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988.

[...] cinemas, teatros, museus, parques e outras áreas destinadas ao lazer e à cultura têm sido projetados, construídos ou adaptados contemplando o acesso

das pessoas com deficiências e que tenham necessidades especiais, de modo a diminuir os obstáculos à sua participação e à melhor utilização em situação de inclusão social (MAZZOTTA, D'ANTINO, 2011, p. 384).

Neste processo de inclusão social das pessoas com deficiência também é necessário romper barreiras. Carvalho (2017, p. 21) aponta um trecho da Lei N° 13.146/2015, que evidencia as barreiras em sua magnitude, ainda no art. 3°, inciso IV:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] (BRASIL, 2015).

Neste ambiente de estudo comunicacional, a televisão ainda se mantém como precursora na comunicação massificada, como fonte de informação, lazer e entretenimento (SCORALICK, 2017). A importância do telejornalismo é também destacada por Scoralick, que aponta a função social do telejornal que molda pensamentos, ações e decisões diárias na vida de milhões de pessoas. Ou seja, se acessibilizados, os meios de comunicação podem garantir uma maior democratização da informação para todos.

Na televisão brasileira aberta existem quatro principais ferramentas de acessibilidade, são elas: o *closed caption* (legenda oculta); a janela de Libras; a dublagem e a audiodescrição de imagens, cada uma delas destinada a um público específico.

O primeiro recurso que deve ser disponibilizado nas transmissões de TV, regulamentado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 15290, é o *closed caption*, uma legenda oculta que aparece opcionalmente no televisor. Esse recurso pode ser utilizado em programas de auditório, jornalísticos, esportivos, filmes, novelas, comerciais (ABNT, 2005).

Existe mais de uma forma de produção da legenda oculta. Esta pode ser pré-gravada, utilizando o texto correspondente ao que aparece no *teleprompter* (aparelho acoplado à filmadora que mostra o que o interlocutor deve ler). Ou oferecido ao vivo, por meio de dois métodos de inserção: o reconhecimento de fala – onde um computador converte a voz em texto, ou ainda na estenotípia, onde um especialista registra tudo o que ouve em um teclado especial, cujos botões são baseados em fonemas. A

disponibilização do *closed caption* começou a ser exigida gradativamente em junho de 2008, e desde 2017 é obrigatória para todos os programas. O *closed caption* é destinado a pessoas com deficiência auditiva e à comunidade surda. O recurso descreve também sons presentes na transmissão, como palmas, risos, passos, chuva, trilha sonora, etc.

O segundo recurso é a janela de Libras (Língua Brasileira de Sinais) também destinada à comunidade surda. Essa ferramenta é um espaço delimitado no vídeo que disponibiliza um intérprete que traduz o que está sendo dito para Libras (ABNT, 2005, p. 3). O recurso não é obrigatório em toda a programação, sendo utilizado, normalmente, em chamadas de programação com a indicação classificativa e propagandas eleitorais. O uso da janela de libras fica restringido a uma série de recomendações para que seja entendível e eficaz. Nestas definições estão o estúdio em que o material será gravado, o padrão da janela em si, o recorte da câmera e a interpretação da Libras realizada pelo tradutor-intérprete.

Outra ferramenta disponibilizada na televisão é a dublagem, que faz uma tradução de um produto estrangeiro, que está em outra língua, levando em conta as peculiaridades da troca de idiomas com a substituição da locução original por falas em português, sincronizadas no tempo, entonação, movimento dos lábios das personagens em cena (ABNT, 2005). Exemplos de dublagem são vistos diariamente na televisão, tanto em canais abertos, como em fechados, acessibilizando programas a pessoas que não poderiam ler as legendas.

E por último, a audiodescrição, recurso que consiste em uma descrição em áudio de imagens, elementos visuais, gestos e peças de vestuário que aparecem na tela (ABNT, 2005). Esta ferramenta é destinada a pessoas cegas ou com baixa visão, ou seja, a cena e os elementos visuais devem ser entendidos sem a visão, por meio da narração em áudio.

Atualmente, esses quatro principais recursos estão inseridos em algumas programações da televisão aberta, entretanto na lei não existe nenhuma especificação para qual tipo de programa ela deve ser incluída. A única obrigatoriedade prevista na Portaria de nº 188, de 2010 é em relação a quantidade de horas de programação mínima com os recursos.

Para esta pesquisa foram buscados, dentro da programação dos canais abertos,

programas com conteúdo jornalístico que possuíssem recurso para pessoas cegas, ou com baixa visão, entretanto, até o mês de dezembro de 2019 foi encontrado somente um telejornal que disponibilizou AD numa série especial de quatro reportagens, na RBS-TV, afilhada da Rede Globo. Uma destas reportagens foi utilizada no estudo de recepção com estudantes cegos ou com baixa visão da Escola Especial Louis Braille de Pelotas.

Todavia, a ausência de mais exemplos como o supracitado, com a inclusão da audiodescrição, prejudica a comunicação e o acesso de informações através da televisão e dos telejornais para o público com deficiência visual. Mota (2006) sintetiza o telejornalismo como a interação entre imagem e texto em uma representação do real, criando sentido sobre os acontecimentos. Se não houver um dos dois, ou ainda, não se oportunizar ao menos uma opção para suprir a ausência do outro, haverá falha na compreensão do produto final do telejornal.

Como forma de garantir mais acesso das pessoas com deficiência, o Ministério das Comunicações, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, publicou uma Portaria nº 188, que exigiu das emissoras de televisão a inclusão do recurso em dois anos, a partir de 27 de junho de 2008. A regulamentação somente estipulou que até 2020, todas as emissoras devem possuir 20 horas semanais de programação com audiodescrição, obrigatoriamente disponibilizada entre 6h e 2h.

Todas estas modificações apresentadas fazem parte de um processo de tentativa de tornar mais acessível e inclusiva a comunicação. Passerino e Montardo (2007), conceituando inclusão, destacam o processo como busca de satisfazer necessidades relacionadas à qualidade de vida, dentro de uma sociedade para equidade de renda, oportunidades e direitos, a pessoas, que por alguma razão, se encontram em desvantagem em relação ao restante da população. Tanto a inclusão, quanto a acessibilidade devem estar presentes nesses processos de produção de espaços e produtos para obtenção de uma equidade entre as pessoas com e sem deficiência.

## **PERSPECTIVAS ANALÍTICAS**

Para esta pesquisa foi realizado um estudo de recepção. As reflexões de recepção só chegaram na América Latina por meados dos anos 80 em um contexto das culturas



populares, onde começam a ser desenvolvidos os primeiros estudos de recepção dos meios de comunicação. Com fortes influências, primordialmente, da obra de Martín-Barbero que descobriu “um sujeito-receptor que ressignificava as mensagens mediáticas, identificando suas negociações e resistências à lógica dos meios” (ESCOSTEGUY, 2000, p. 2).

Nas percepções de Orozco Gómez (1997), a recepção faz parte de um processo de formação de sentidos, já as mediações são aqueles fatores que interferem na produção de sentidos. Ou seja, a relação dos receptores com os meios é um processo complexo, pois é uma ação mediatizada de forma multilateral e multidimensional.

Este estudo de recepção vai levar em consideração a questão das mediações tratadas por Martín-Barbero (1997), que envolve fatores do cotidiano do espectador. Em especial na televisão, o estudo pode partir das mediações advindas de construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural do veículo. O autor ainda estabelece três categorias de mediação: cotidianidade familiar, temporalidade social e competência cultural.

A cotidianidade familiar é citada por Martín-Barbero como um local onde os indivíduos podem expor suas ansias e frustrações. “[...] começa a se estabelecer uma concepção que vê na família um dos espaços fundamentais de leitura e codificação da televisão” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 293). Neste espaço, as pessoas mostram a verdadeira face por meio de suas interações e relações sociais. Também é um cenário de conflitos, pois mantém e reproduz relações de poder da sociedade, sendo esta uma das principais mediações utilizadas para a recepção dos meios de comunicação. Por fim, Barbero ainda define a família “como espaço das relações estreitas e da proximidade” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 295).

Já a temporalidade social é vista pelo autor como um período de tempo do cotidiano que inicia e acaba para recomeçar, um tempo feito não de unidades contáveis, mas de fragmentos. Tempo este valorizado e medido pelo capital e também pela televisão, que o organiza e através da repetição e do fragmento o insere na vida cotidiana dos receptores (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 295-296).

E a competência cultural aborda não só a subjetividade das ações do cotidiano do indivíduo, mas também de sua cultura de vida, levando em conta a educação formal

e experiências adquiridas em seu dia a dia. E, por último, a competência cultural revela nas práticas cotidianas “sua organicidade, sua sistematicidade. Onde não havia senão caos e vazio de sentido, descobre-se uma homologia estrutural entre as práticas e a ordem social que nelas se expressa” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 112).

Quando se fala em estudos culturais é possível buscar uma reflexão sobre um assunto bastante amplo, podendo inclusive ser considerado um campo de pesquisa ou uma prática metodológica. Este tipo de investigação científica utiliza perspectivas qualitativas e metodologicamente se opta por uma coleta de dados por meio de alguns instrumentos como entrevistas em profundidade, ou grupo focal com um pequeno número de entrevistados, sendo este último o método utilizado nesta pesquisa.

Referente ao número de participantes, de acordo com o pesquisador mexicano Orozco Gómez (1997), é essencial que os estudos sejam realizados com um número entre 10 a 20 participantes, se maior o número, o valor de alternância acaba por ser insignificante no resultado geral de uma pesquisa, pois as respostas aos questionamentos tendem a se repetir (REDÜ, 2015, p. 54). Mas há variações na literatura, outros autores reduzem este número, sendo de 6 a 15 indivíduos um tamanho adequado para um grupo focal que permita a participação efetiva dos participantes e a discussão adequada dos temas (PIZZOL, 2004).

Deste modo, neste trabalho, optou-se por realizar estudo de recepção por meio de um grupo focal com alunos da turma de Educação de Jovens e Adultos da Escola Especial Louis Braille - Pelotas. Aos participantes, foi feito um questionário e foram exibidas duas reportagens veiculadas pelo Jornal do Almoço, telejornal da RBS-TV afiliada da Rede Globo. Uma das reportagens utilizou o recurso da audiodescrição e outra não. Após a exibição, realizou-se um grupo de discussão com a finalidade de promover e observar a troca de experiências e o debate sobre a importância e/ou relevância do recurso inserido em um contexto de telejornal.

A comparação cria elementos identitários, coisas em comum compreendidas da mesma forma, ou ainda diferenças, coisas não compreendidas. Nesta pesquisa busca-se também compreender as diferenças e necessidades dos objetos apresentados – no caso as reportagens.

O critério de seleção para a Instituição escolhida para o presente estudo foi o de proximidade geográfica, a Escola Especial Louis Braille – Pelotas, se localiza na região central da cidade de Pelotas, na Rua Andrade Neves, 3084, sendo esta a única instituição especial da região que atende estudantes com baixa visão, cegueira e deficiência múltipla. O atendimento realizado pelo local é educacional e também voltado à educação de jovens e adultos, em meio turno/externato. A turma de EJA – Educação de Jovens e Adultos - aprende conteúdos programáticos regulares da educação formal e é uma classe multi-etapa, ou seja, possui estudantes de diferentes níveis de formação, que frequentam aulas diariamente. A turma em questão é composta por nove alunos e foi indicada previamente pela equipe diretiva da escola que destacou que os estudantes já haviam consumido telejornais e notícias. Entretanto, no dia do grupo focal, apenas seis integrantes, mais a professora responsável, participaram da proposta. O grupo focal da pesquisa foi realizado no dia 25 de outubro de 2019, na Escola Louis Braille.

Para dar início, foram aplicados questionários pelo pesquisador com auxílio da professora, respondidos oralmente pelos estudantes. O objetivo da utilização deste questionário foi obter dados pessoais e informações básicas sobre a vida dos integrantes, como por exemplo, forma de consumo de notícias, tempo de utilização da televisão e tipo de programação assistida.

Para preservar a identidade dos participantes vão ser utilizadas siglas para abordar as falas, os comentários, realidades e percepções dos integrantes. Participaram do grupo:

- M1 – mulher, 66 anos, baixa visão congênita;
- M2 – mulher, 28 anos, baixa visão congênita;
- M3 – mulher, 45 anos, baixa visão adquirida há mais de 20 anos;
- M4 – mulher, idade não informada, cega;
- H1 – homem, 65 anos, baixa visão adquirida há mais de 15 anos;
- H2 – homem, 35 anos, baixa visão congênita;

Após realizado os questionários, foram apresentadas as seguintes reportagens:

**Reportagem 1:** “#PartiuRS conheça Antônio Prado, a cidade mais italiana do Brasil”.



Figura 1: Quadro #PartiuRS  
Fonte: Portal G1- RS

**Descrição:** A reportagem mostra um passeio pelo município de Antônio Prado e faz parte de um quadro semanal intitulado Partiu RS, que mostra cidades do estado do RS que possuem atrativos turísticos, atrações culturais, naturais, gastronomia, costumes e cultura.

**Situação:** Sem o recurso da audiodescrição.

**Reportagem 2:** Desafio Farroupilha: Olhos do Coração – Episódio 3.



Figura 2: Quadro Desafio Farroupilha  
Fonte: Portal G1- RS

**Descrição:** A reportagem faz parte de um especial anual exibido no mês de setembro e outubro, em alusão à Semana Farroupilha, comemorada no estado Rio Grande do Sul. O Desafio Farroupilha a cada ano ganha uma nova temática, tendo a edição de 2018 o subtítulo “Olhos do Coração”. E contou a história de Natália Guastuci, uma jovem de

Rio Grande que é cega e toca gaita. A série se propôs a desafiar o DTG (Departamento Tradicionalista Gaúcho) Tropeiros do Ouro Negro a dançarem vendados no Enart 2018 (Encontro de Artes e Tradição Gaúcha). O episódio em questão mostra a rotina de alguns dançarinos vendados em suas atividades diárias, e também já apresenta a criação dos primeiros versos da música que será utilizada na apresentação.

**Situação:** Com o recurso da audiodescrição.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para dar início às reflexões sobre o grupo focal, é importante dar esclarecimentos sobre a origem dos materiais escolhidos e apresentados aos integrantes da pesquisa na Escola Louis Braille. As duas reportagens foram exibidas na mesma emissora, RBS TV afiliada da Rede Globo, e são resultado de edições especiais vinculadas ao Jornal do Almoço – telejornal exibido de segunda a sábado no horário do meio dia.

A primeira reportagem escolhida para ser apresentada ao grupo focal foi “*#PartiuRS conheça Antônio Prado, a cidade mais italiana do Brasil*”. O material tinha 7 minutos e 45 segundos, descontando a cabeça – parte em que a apresentadora anuncia do estúdio e introduz a reportagem. O material faz parte de uma série que aborda questões relacionadas ao turismo das cidades. Foram destacados 19 momentos em que a reportagem não apresentou informações em áudio, apenas em imagens ou palavras escritas na tela, por exemplo, mapas e os créditos com nome da repórter e entrevistados.

Outras questões prévias também foram importantes para a escolha da reportagem, em alguns momentos a repórter utiliza descrições que não podem ser entendidas sem o complemento da imagem como, “*belos lugares*”, “*um lugar assim*” e “*der de cara com esta paisagem*”. Também vozes são inseridas na reportagem por meio de entrevista, entretanto não são enunciadas, só pode ser verificado quem fala no crédito visual da tela.

Durante a exibição da primeira reportagem, todos os seis estudantes ficaram atentos. Após cerca de dois minutos, o aluno H2 começou a ficar impaciente e solicitou a ida ao banheiro para a professora, ele ficou ausente até a primeira pergunta após o fim da reportagem.

Finalizada a exibição, os estudantes foram questionados por algumas perguntas norteadoras, para dar início à discussão do grupo focal. Quando foram perguntados sobre o que acharam da primeira reportagem, destacaram gostar: “M1 e M2 - Ótima”; “M3 - Boa”; “H1 - *Eu achei boa*”; “M1 - *Às vezes a gente presta atenção, assim nos domingos*”; “M3 - *Esse Partiu RS é sábado né?*”, referindo-se ao dia de exibição do programa.

A primeira reportagem escolhida, por ser sobre viagens e turismo, normalmente seria veiculada, em categorias de “cultura” dentro dos telejornais, o que facilitou a relação dos participantes com a temática. Quando perguntados se a reportagem despertou o interesse em conhecer a cidade eles disseram: “M1- *Não pergunta pra mim, que eu tenho vontade de conhecer tudo que eu vejo*”; “M3 - *Sim, bem legal de conhecer, de visualizar*”; “H1- *Principalmente, a parte da culinária*”; “M3 - *A parte que fala dos bichos*”; “H1 - *É os bichos também*”; “M2 - *É verdade, a culinária, os bichos*”.

Quando foram perguntados se sentiram falta de alguma coisa na primeira reportagem, comentaram: “M1 - *Falta, falta, eu não senti. Mas os valores eles não deram né, para as pessoas terem acesso, né?*”. Todos os preços da reportagem são adicionados reportagem por meio de telas visuais com informações, este fato demonstra uma informação muito importante que não foi percebida por ser exclusivamente visual.

É interessante também pensar que o primeiro elemento destacado, que ficou ausente na reportagem – por não ter audiodescrição – foi o econômico. Esta relação também é marcada por Barbero (1997), que destaca em seus estudos de recepção, as influências da televisão na vida e organização social dos receptores. A organização pautada pela TV através da repetição e do fragmento modifica a vida das pessoas, a televisão é movimentada pelo capital, e o capital também movimenta a vida dos indivíduos que, muitas vezes, pautam seu consumo no que assistem na TV. Possivelmente, M1 que em seu questionário relatou ser casada e mãe de dois filhos, gostaria de saber dos valores dos locais e custos da viagem para um possível planejamento familiar, relacionar sua realidade social e de sua família com o preço das coisas mostradas na reportagem. Os valores poderiam ser adicionados em áudio, se houvesse AD.

Outros integrantes também se manifestaram sobre a ausência de detalhes: “H1 - Poderia ser mais rica de informação”; “M1 e M2 - É verdade”; “M1 - Os preços das atrações, quais tu vai pagar o que não. Porque se a gente vai, tem que tá prevenido. Para saber como ir, né? O acesso direitinho”.

A partir deste ponto os participantes adentraram em uma discussão sobre como chegar à cidade: “H1 - Também tinha que ter mais informação pra chegar até lá”; “M2 - Ah é...”; “M1 - Ela [repórter] disse no início como chegar, aí pega a BR-116km, anda tantos quilômetros até achar o lugar bonito” ; “H1 - Ela disse 180km, foi o que ela [repórter] falou, uma base de 3 horas e pouco de viagem. Mas poderia ter mais um pouco de informação, né”. As indicações do percurso foram percebidas por H1 e M1, entretanto quando M1 relata “até achar o lugar bonito”, ela se refere ao trecho em que a repórter fala “der de cara com esta paisagem” após mostrar a localidade próxima à cidade, mas esta frase não é descreve o local, fato ressaltado por H1 com a frase “poderia ter mais um pouco [de informação] né”.

A falta de informação sobre o trajeto e os detalhes da quilometragem foi percebida por H1 e M1, ambos têm mais de 65 anos de idade e andam sozinhos pelo centro da cidade, M1 vai trabalhar e estudar sozinha, sua baixa visão não é recente e tem progressão lenta, então ela aos poucos foi se adaptando. Para os dois, a competência cultural e as vivências influenciaram na relação de como interpretam o que assistem na TV, além dos dados exibidos na reportagem uma série de outras informações de trajetos e rotas, que ambos sabiam pôde lhes beneficiar no entendimento da reportagem. Mais especificamente sobre H1 enquanto respondia o questionário oralmente, foi apresentado pelos colegas e também pela professora como exímio pedestre. Segundo o relato por perder a visão há mais de 15 anos, se desloca pelas calçadas da cidade e conhece ruas, estradas e diferentes bairros.

Sobre o trajeto, os integrantes não sabiam é que durante a fala um mapa aparecia na tela, recurso que facilita para videntes a geolocalização. É neste ponto que a AD beneficiaria os integrantes cegos ou com baixa visão por meio de uma tradução do que é exibido na tela. Informações de como chegar ao local são dados importantes para o entendimento da reportagem já que quem assiste, poderia ser guia ou indicar o caminho para outras pessoas. E as inserções de preços, com dados sobre o valor das entradas dos

museus e atrações locais, se fossem entendidas, poderiam ser atrativos para diferentes públicos visitarem a cidade.

Sobre a reportagem foram feitas mais duas perguntas: “a reportagem foi entendida sem a audiodescrição? Sentiram falta de maior descrição de algo, se sim, o que?”. Para a primeira pergunta, a resposta foi afirmativa, o grupo falou que conseguiu entender a reportagem de maneira geral, mas relataram não compreender o que era a audiodescrição, pois não tinham referência de reportagem áudio-descrita. Sobre isso M3 destacou: *“M3 - O problema é que eu não sei o que é a audiodescrição, para poder relacionar o que tá acontecendo aqui pra te responder as perguntas. Porque pra gente poder te dizer... porque eu nunca vi, eu nunca escutei uma audiodescrição”*.

Este desconhecimento se aplica à competência cultural, mediação dos estudos de recepção de Barbero (1997), que evidencia que mesmo M3 esteja inserida em um meio de educação formal, suas vivências cotidianas influenciaram em sua relação com a televisão e com o produto exibido, ela não possui em sua bagagem cultural o conhecimento sobre audiodescrição. A ausência de conhecimento do recurso, também compartilhada pelos colegas de M3, aponta que o meio em que ela está inserida provavelmente não busca estas ferramentas, ou somente não sabe de sua existência.

Para garantir melhor comparação entre as duas reportagens foram feitas perguntas sobre os materiais após as exposições.

Ou seja, o fato de desconhecerem a audiodescrição mostra que nem mesmo os programas que possuem o recurso são assistidos por eles, pelo simples fato de não saberem da existência da ferramenta inclusiva. Todos eles assistem a canais abertos, em sua maioria Globo, Sbt e um relato de Band. Foram também, quatro entrevistados que evidenciaram que assistem notícias diárias na TV.

A segunda reportagem *“Desafio Farroupilha: Olhos do Coração – Episódio 3”*, faz parte de uma série realizada todos os anos com cinco episódios. A cada ano uma nova temática surge, em 2018, o programa foi intitulado como “Olhos do Coração” e focou na inclusão dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). O pano de fundo da série foi o desafio de apresentação no Enart 2018 lançado ao DTG Tropeiros do Ouro Negro e a Natália Guastuci. Entretanto, ao longo dos episódios, além de mostrar a trajetória dos envolvidos, apresentou casos de inclusão e acessibilidade dentro



dos Centros de Tradições Gaúchas, como a integração de surdos e cadeirantes nos locais. O episódio escolhido mostrou os dançarinos do DTG em suas rotinas, experimentando realizar atividades como trabalhar, ir para a faculdade e fazer um café vendado.

A segunda reportagem possuía audiodescrição. O recurso foi utilizado em 49 momentos, sendo dez vezes descrições de créditos escritos na tela, outras duas vezes como narração do título escrito na abertura e no encerramento, e mais 37 descrições de cenas, ações, movimentos e pessoas que apareceram no vídeo. Assim como a primeira reportagem, a segunda também era relativamente longa com 11 minutos e 28 segundos, sem descontar as vinhetas de abertura e encerramento, comparada a média de 3 minutos de reportagens de telejornais diários.

Durante a exibição, todos os seis estudantes ficaram atentos e em alguns momentos demonstraram feições de surpresa e sorrisos com a aparição da audiodescrição, especialmente no início. A segunda reportagem foi exibida em sequência, pós-debate da primeira. E as perguntas anteriores foram todas refeitas.

Assim como na primeira reportagem, a temática contribuiu para as manifestações e para o interesse dos estudantes. A história de Natália Guastuci e a experimentação realizada com o grupo tradicionalista criou um vínculo de identificação com o grupo focal, evidenciado nas respostas: “M3 - *A minha mãe pode te responder, porque ela fez aula de bengala comigo com os olhos vendados e eu guiando ela, ela pode te responder isso aí*”; “M1 - *É horrível, tu não tem ideia, tu não sabe se tu vai pra frente, pro lado*”; “M3 - *Ela saiu pra rua comigo e com o professor*”; “M1 - *É muito difícil, muito terreno não oferece condições pras pessoas, pra descer uma calçada tem uma valeta, pra subir num ônibus tem uma valeta, como a pessoa vai seguir*”.

A segunda reportagem, que mostrava uma experiência sensorial, já vivida também por M1 e M3, vender os olhos e ser guiado pelos outros. Na reportagem os jovens realizavam atividades cotidianas, com os olhos vendados, na experiência de M3, ela com baixa visão e tendo noção do trajeto a seguir, pôde guiar a mãe que consegue enxergar um pouco melhor que a filha, mas que estava vendada. Essas correlações de vida são importantes para as reflexões em relação aos Estudos Culturais, a partir de Barbero, a recepção de materiais audiovisuais como uma reportagem faz com que o

receptor utilize sua bagagem cultural adquirida ao longo da vida no que tange à competência cultural. Mas, neste exemplo, estão presentes também as influências familiares, o registro que aquele indivíduo possui do amparo nas dificuldades, como enfrentar uma perda de visão progressiva – situação vivida por M3 – compartilhada com sua família, em especial sua mãe M1. Estas são informações essenciais para a interpretação de tudo que foi registrado e interpretado sobre o grupo focal e a sobre a recepção das reportagens.

A falta de acessibilidade nos espaços foi instigada pela reportagem, “H2 - Não tem acessibilidade”; “M1 - Se a pessoa não conhece a cidade mais ou menos, ela não anda sem acompanhamento”; “H1 – O que a reportagem disse e a situação mostrada, é o que a gente vive no dia a dia, é o mínimo de recurso. A dificuldade aumenta cada vez mais”. Mesmo desconhecendo a audiodescrição, o assunto da acessibilidade e a importância de se criar, calçadas táteis, rampas e sinalizações acessíveis foi elencado pelos estudantes.

Ao serem questionados sobre o que acharam da segunda reportagem, comentaram: “M1 - Para mim foi muito bom, teria que ter mais divulgações [reportagens] assim para mostrar”; “M3 - Eu tava me lembrando que eu fiz essa aula com minha mãe. Eu conduzia ela porque tenho baixa visão conseguia definir um pouquinho e ela vendada se apavorou, porque no futuro eu tenho a tendência a perder [a visão]. Então já estou me preparando para acontecer, então o professor utilizou cada um da família a fazer essa aula comigo, eles vendados e eu conduzindo”. A última frase só corrobora com toda a relação já apresentada, entre M1 e M3, e a importância da cotidianidade familiar nas concepções e experiências manifestadas por ambas.

Foram também questionados se compreenderam o recurso e se ele facilitou o entendimento da reportagem: “H1- As coisas ficam melhor”; “M3 - As coisas ficam específicas, o que as pessoas tão fazendo”. Quando foram perguntados sobre o que melhorou, falaram: “M3 – Ah, muita coisa melhorou, como eu te disse ali”; “M1 - A explicação”; “M3 - A explicação, quem é o autor, o que tá fazendo. Quem tá articulando, quem tá falando”; “M1- A apresentação”; “M3 e H1 - Ajuda bastante...”.

Agora com a comparação M3 destacou a diferença das reportagens: “M3 - Ajuda porque em casa é eu e meu esposo, minha TV é grande, mas eu não consigo definir, não

*consigo enxergar os artistas, então meu audiodescritor, agora que eu entendi o que é, é meu esposo”; “H1 - Ele narra pra ti”; “M3 - Porque ele que narra para mim, às vezes eu pergunto quem é o ator que tá falando, ele diz: ‘Olha o artista é o fulano aquele’, vai me dizendo ‘oh é o Marcelo Antoni, é o ator aquele, Antônio Fagundes’, aí vai me contando pra eu poder entender. Agora posso dizer que sei o que é a audiodescrição, ele é o meu audiodescritor”.*

Este acaba sendo um ponto chave para a pesquisa, na primeira reportagem M3 desconhece a AD, entretanto após ouvir o recurso percebe que algo similar é feito pelo seu marido, narrar informações visuais importantes das cenas. A cotidianidade familiar é ainda apresentada por Barbero (1997) como um dos poucos lugares onde os indivíduos manifestam suas ânsias e frustrações. Uma das dificuldades encontrada por M3 quando ouve a televisão é amenizada pelo marido – que na ausência da AD, narra algumas informações para ela. É possível que na ausência dele, M3 deixe de assistir TV ou assista, mas não entenda da mesma forma. Toda a interação em relação ao que M3 assiste é interpelada por comentários do marido que tenta de alguma forma auxiliar a esposa no entendimento do que está sendo exibido. Quando questionada se houvesse o recurso em todas as programações M3 disse: “M3 – Não, não ia precisar que ele falasse”. Ou seja, se a legislação exigisse mais programação com audiodescrição e melhor divulgação a comunicação seria mais acessível.

Conforme já mencionado na pesquisa de Orozco Gomes (1997, s.p.), os estudos que comparam elementos oportunizam descobrir diferenças e coisas em comum, por isso ao final foram realizadas as últimas perguntas, desta vez comparativas.

Ao serem questionados da preferência entre as duas reportagens responderam: “H1 - Pra mim a segunda [com AD]”; “M3 - A segunda”; “M2 – Segunda”. Sobre os temas, mantiveram a decisão de que a segunda reportagem, a que apresentou a história de Natália Guastuci era melhor, “M3 – Sim, é que a gente se vê dentro, a gente que está nessa situação”; “H1 - A gente ficou familiarizado”; “M3 – Isso, isso” – novamente relações perpassadas pela competência cultural.

O exemplo assistido na pesquisa com AD, foi uma reportagem em exceção, por se tratar de um material especial com uma integrante cega. Mediante esta reflexão o grupo foi questionado sobre a experiência e sobre o que acharam do recurso inserido em

um cenário de telejornal: “M1 – *É importante*”; “M2 - *Muito bom*”; “M3 e H1- *Teria que ter bem mais*”; “M3 – *Eu ia entender bem mais*”; “H1 - *Porque muitas vezes na reportagem a gente não consegue entender mais*”; “M3 – *exatamente*”.

Após as respostas, a professora (P1) se manifestou e relatou brevemente sobre conteúdos que estavam sendo estudados pela turma, sendo gráficos um deles, e relacionou-os com a temática: “P1 - *No jornal aparecem muitos gráficos, e eles estão muito presentes na nossa vida. Os jornais deveriam dizer os gráficos, falar sobre eles, e não só mostrar. [...] Assim eles entenderiam, eles teriam noção*”.

E sobre a percepção auditiva dos alunos para com o recurso, a professora também comentou: “P1 - *Os alunos precisam aprimorar a audição. Nós trabalhamos muito a percepção auditiva, para isso. Por exemplo, a M3 começou a perder a visão na fase adulta, fica mais difícil do que uma criança, a criança já lida com audiodescrição com mais facilidade*”. Ela ainda apontou que estudantes como M4 e H2, que já estão na Louis Braille desde pequenos conseguem entender e receber estímulos auditivos com maior precisão. As vivências de M4 e H2 são diferentes da competência cultural dos outros estudantes do grupo focal em questão, suas experiências auditivas foram adquiridas por meio de uma mediação mais inclusiva, suas habilidades de percepção auditiva são mais apuradas, segundo a professora.

Os alunos ao serem questionados o que acharam da AD como recurso acessível, afirmaram, “M3 - *Quanto mais informação nós tivermos, melhor*”; “H1 - *Com certeza*”; “M3 - *Sim, sim*”.

E por último, a professora ainda destacou que a autonomia dos estudantes é um dos principais objetivos da Louis Braille e das práticas desenvolvidas na instituição, “P1 - *Na medida em que o nosso aluno vai sendo mais independente, mais a gente desenvolve a capacidade auditiva dele*”. Autonomia que seria proporcionada pela AD incluída na programação da televisão, H1 que assiste TV sozinho conseguiria entender mais do conteúdo exibido, e M3 não precisaria da descrição do marido em todos os programas.

## **EM VIAS DE FINALIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A televisão é um dos meios comunicacionais que atinge diretamente diferentes camadas da sociedade. Por esta razão e, também, por elencar pautas e levar informações diárias a milhões de pessoas, que a população com deficiência precisa ter acesso a este direito básico. Apesar de já existirem os recursos, estes precisam ser utilizados mais efetivamente, independentemente de ser através de notícias, entretenimento ou lazer, é preciso que sejam oportunizados estes direitos.

Inserido nestes contextos, há diversas reflexões sobre a possibilidade dos recursos não serem aceitos, ou mesmo, desconhecidos pelas pessoas com deficiência. Por esta razão, a escolha de um estudo de recepção para evidenciar na prática os resultados de uma reportagem sem a audiodescrição e, também, experimentalmente visualizar os benefícios de uma reportagem com o recurso. O local realizado, a Escola Louis Braille, pôde expandir a experiência proposta, o que contribuiu para as reflexões da temática. Os resultados registrados nesta pesquisa mostram uma realidade complexa e que carece de mudanças. As vivências dos integrantes do grupo focal apontaram o que os dados já apresentavam: a falta de acessibilidade.

Os componentes que participaram do grupo focal são adultos, que frequentam um ambiente de estudo e, mesmo assim, o desconhecimento para com o recurso da audiodescrição foi unânime, não por falta de interesse deles, em parte talvez, por conta da instituição de ensino, mas principalmente por se tratar de um reflexo da sociedade que não toma medidas cabíveis e decisivas para a acessibilidade das pessoas com algum tipo de deficiência.

Essa necessidade de inclusão comunicacional foi percebida também pela professora que é vidente, mas que trabalha com os cegos há alguns anos na instituição. O exemplo trazido pela professora é simples: gráficos em telejornal não são narrados, entretanto, o efeito que causam de desinformação é muito grande. Esses gráficos podem apresentar: dados governamentais, investimentos, preços, cotações e previsão do tempo, informações simples, mas de grande relevância para a vida da população. O que demonstra a necessidade de uma narração diferenciada para uma comunicação mais inclusiva.

Entretanto, já existem exemplos de programas que fornecem AD e caminhos de otimização dos recursos e viabilização deles, basta haver legislação mais rígida e obrigatoriedade do recurso em lei para um maior número de horas de programação.

No estudo de recepção foram registrados problemas na compreensão de uma reportagem sem AD, sendo esta uma possível situação rotineira para essas pessoas. São reportagens, notícias, filmes, séries, desenhos e programas que passam despercebidos, não entendidos, informações importantes que pessoas cegas ou com baixa visão, não compreendem, ou ainda desistem de assistir pela falta da inclusão da AD.

No grupo focal os estudantes ainda destacaram preferir a segunda reportagem, com AD, a afinidade com a temática pode ser um dos fatores, já que houve identificação com a história de Natália, que sofre com a falta de acessibilidade para pessoas cegas. Entretanto, a presença de conteúdo com o recurso da AD foi, também, destacada por eles como fator determinante na escolha, já que as informações foram transmitidas de forma mais completa, enquanto na outra reportagem, muitas foram as dúvidas deles. Os estudantes ainda solicitaram mais exemplos de reportagens com o recurso, pois este os beneficiou na compreensão do conteúdo, mas eles são raros.

Todas estas reflexões são resultado do grupo focal na Escola Louis Braille e desta pesquisa e comprovam que a tarefa de pensar na inclusão deve ser feita não só pelos meios, mas também por quem os produz. Mudanças que podem ser feitas também pelos profissionais da comunicação num texto de telejornal; ou em uma notícia publicada na *web*; e também em legendas de fotos, por meio do recurso “#PRACEGOVER”, técnica de legenda utilizada para descrever imagens que permite que pessoas com deficiência visual possam, através de aplicativos e programas de leitura de textos nos meios digitais, saberem o que está presente em imagens e fotografias. A relevância social do jornalista é também a sua preocupação com o público alvo, seu objetivo deve ser atingir e abranger as minorias segregadas da sociedade, que normalmente são invisibilizadas e marginalizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Marília, nº 21, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290** **Acessibilidade em comunicação na televisão.** Rio de Janeiro, p. 10. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, p. 4. 2004.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. 2017. Disponível em: [http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 23 de nov. de 2019.

BRASIL, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 21 de set. de 2020.

BRASIL. Norma Complementar nº 01/2006. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

CARLETTO, Ana Claudia C.; CAMBRIAGHI, Silvana. **Desenho universal – um conceito para todos.** São Paulo: Realização Mara Grabrilli, 2016.

CARVALHO, Edneia Maria. **Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da Biblioteca Escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora.** Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos de recepção e as relações de gênero: algumas anotações provisórias. **C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, [S.l.], fev. 2011. ISSN 1519-0617. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36797>. Acesso em: 21 set. 2020.

G1. **Fantástico exhibe 'Desafio Farroupilha'.** G1. Porto Alegre. 26 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/blog/reporter-farroupilha/post/2018/11/26/fantastico-exibe-desafio-farroupilha.ghtml>. Acesso em: 12, de ago. de 2019.

G1. **Partiurs conheça Antônio Prado, a cidade mais italiana do Brasil.** G1. Porto Alegre. 10 de agosto de 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/partiurs-conheca-antonio-prado-a-cidade-mais-italiana-do-brasil/7833207/>. Acesso: 10 de novembro de 2019.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL. Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1. ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

GSHOW. **Você sabe como funciona o Closed Caption da sua televisão?.** Por De Ponta a Ponta, TV TEM. 15 de abr, 2017. Disponível em: <https://gshow.globo.com/TV-Tem/De-Ponta-a-Ponta/noticia/voce-sabe-como-funciona-o-closed-caption-da-sua-televisao.ghtml>. Acesso: 17 de agosto de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia\\_tab\\_uf\\_xls.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm). Acesso em: 13 de outubro de 2019.

MANZINI, Eduardo José; SANTOS, Maria Carmem Fidalgo. **Portal de ajudas técnicas para educação:** equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, 2002. 49 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

MOTA, Célia Ladeira. **O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no telejornal.** In: VIZEU, A; PORCELLO, F; MOTA, C. (org). Telejornalismo, a nova praça pública. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **La Investigación en Comunicación desde la perspectiva Cualitativa.** Guadalajara: Instituto Mexicano Para El Desarrollo Comunitario, 1997.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Portella. Inclusão social via acessibilidade digital: Proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. **Anais XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação**, Pelotas, 2007.

PIZZOL, S. J. S. Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, 2004.



REDÛ, Natália Sheikha. **A morte no telejornalismo:** O olhar do receptor sobre a apresentação do caso Bernardo no Jornal Nacional. 2015. 82 f. Monografia (Bacharelado em Jornalismo - Centro de Letras e Comunicação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SARTORETTO, Maria Lúcia; BERSCH, Rita. **O que é Tecnologia Assistiva?.** Blog Assistiva Tecnologia e Educação. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, 2009.

SCORALICK, Kelly. Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual. 2017. 197 f. **Tese** (Doutorado em Comunicação da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SCORALICK, Kelly. Telejornalismo e acessibilidade: um olhar para o outro com deficiência. **Anais XXXVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Palhoça, 2016.

**Recebido em 10 de junho de 2020**

**Aprovado em 25 de setembro de 2020**